



DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA A PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e propor estratégias para o atendimento de emergência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando contribuir para práticas assistenciais inclusivas e humanizadas nos serviços de saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentada em publicações científicas e documentos oficiais obtidos nas bases SciELO, PubMed, Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca foi realizada entre julho e outubro de 2025. Foram selecionados sete estudos que atenderam aos critérios de inclusão, enquanto dezesseis foram excluídos. Os resultados apontaram ausência de protocolos estruturados, despreparo das equipes e necessidade de formação contínua. Evidenciou-se que o ambiente físico e a comunicação adaptada impactam diretamente na qualidade do atendimento, sendo fundamentais a presença familiar e o uso de recursos visuais e linguagem simples. Conclui-se que o atendimento emergencial a pessoas com TEA requer integração entre conhecimento técnico, sensibilidade humana e políticas públicas que assegurem o cuidado equitativo e seguro, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde.

Palavras-Chave: Transtorno do Espectro Autista; Emergência; Serviços de Saúde; Atendimento Humanizado; Estratégias de Cuidado.

André Rodrigo Mota de Souza

Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade de ciências humanas - ESUDA

Giovanna dos Reis Doval

Graduanda em Medicina pela UNINOVE Universidade Nove de

Orcid: 0009-0004-8708-649

Priscila lima Amaral

Graduada em Enfermagem pela UNAMA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6638-046X>

Nelzo Moda Neto Lourenço

Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Orcid:0009-0007-7216-7124

Andriellen Rabelo Carvalho

Especialista em Obstetrícia pelo Centro Universitário Estácio de Sá

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8802-3527>

Priscila Valéria Silva Pizzolio

Especialista em Psicanálise pela Universidade Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5185-2859>

Layanne Barros do lago

Mestranda em saúde da família pela Renasf pela Universidade Federal do Maranhão

Orcid:<https://orcid.org/0009-0007-8385-400X>

Denise Caroline Feitosa

Mestra em Psicologia pela Universidade Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7510-6529>

Samantha Ravena Dias Gomes

Mestra em Psicologia pela UFDPar

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5889-4241>)

Maria Nazaré Lopes Baracho

Doutoranda em Odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0255-523X>



CHALLENGES AND STRATEGIES IN EMERGENCY CARE FOR PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN THE CONTEXT OF HEALTH SERVICES

Abstract: This study aimed to analyze the challenges and propose strategies for emergency care for people with Autism Spectrum Disorder (ASD), seeking to contribute to inclusive and humanized care practices in health services. This is a narrative literature review, qualitative in nature and descriptive-analytical in character, based on scientific publications and official documents obtained from the SciELO, PubMed, Google Scholar, and Virtual Health Library (VHL) databases. The search was conducted between July and October 2025. Seven studies that met the inclusion criteria were selected, while sixteen were excluded. The results indicated a lack of structured protocols, unprepared teams, and a need for continuous training. It was evident that the physical environment and adapted communication directly impact the quality of care, with family presence and the use of visual resources and simple language being fundamental. It is concluded that emergency care for people with ASD requires integration between technical knowledge, human sensitivity, and public policies that ensure equitable and safe care, in accordance with the principles of the Unified Health System (SUS).

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Emergency; Health Services; Humanized Care; Care Strategies.

INTRODUÇÃO

O atendimento de emergência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui um desafio crescente nos serviços de saúde devido às particularidades cognitivas, sensoriais e comportamentais dessa população. O aumento da prevalência do TEA nos últimos anos, estimada em 1 caso a cada 36 crianças nos Estados Unidos, segundo o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, 2023), reflete uma realidade que exige adaptação das práticas assistenciais para garantir o cuidado humanizado e seguro. No Brasil, embora faltem dados oficiais, estima-se que cerca de 6 milhões de pessoas estejam dentro do espectro, o que torna indispensável o preparo das equipes para o manejo adequado em situações de urgência e emergência (Figueiredo *et al.*, 2024).

As pessoas com TEA apresentam dificuldades na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, conforme descrito no Diagnostic and





Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5 (APA, 2014). Tais características podem ser agravadas em contextos de emergência, nos quais ruídos, luzes intensas e estímulos inesperados podem desencadear crises de desregulação emocional e resistência ao contato físico. A ausência de protocolos adaptados e de profissionais capacitados para reconhecer sinais de sobrecarga sensorial compromete o atendimento seguro e empático (Rabello, 2024).

A construção de políticas públicas voltadas à inclusão e equidade no atendimento às pessoas com deficiência, incluindo o TEA, foi fortalecida com a Lei nº 12.764/2012 e com as diretrizes da Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo do Ministério da Saúde. Esse documento destaca a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da articulação intersetorial para garantir o cuidado integral, territorial e contínuo, desde a atenção básica até os serviços de urgência (Brasil, 2015).

Nos serviços de emergência, a ausência de fluxos assistenciais específicos para pessoas com TEA agrava as dificuldades enfrentadas pelas equipes e pelos familiares. Estudos recentes apontam que crianças autistas apresentam maior probabilidade de buscar atendimento de emergência, muitas vezes por intercorrências clínicas associadas a crises de agitação ou comorbidades neurológicas, como epilepsia e convulsões (Figueiredo *et al.*, 2024). Essa demanda reforça a urgência de capacitações e protocolos de acolhimento adaptados às necessidades sensoriais e comportamentais desses pacientes.

A desinformação e o despreparo das equipes podem levar a interpretações equivocadas de comportamentos típicos do espectro, como resistência ao toque, dificuldade de contato visual ou ecolalia, confundindo-os com agressividade ou recusa de atendimento. Essa lacuna no conhecimento técnico-científico reforça estigmas e gera experiências traumáticas tanto para o paciente quanto para seus cuidadores (Fiore-Correia; Lampreia; Sollero-de-Campos, 2010).

Além disso, os serviços de saúde devem reconhecer que o atendimento de emergência não se restringe ao cuidado clínico imediato, mas envolve uma escuta ampliada e a inclusão da família no processo de cuidado. A presença de um familiar ou cuidador durante o atendimento é essencial para facilitar a comunicação e reduzir o estresse do paciente, uma vez que esses indivíduos são mediadores fundamentais entre o profissional de saúde e o usuário com TEA (Brasil, 2015).



Nesse contexto, o método *Lean Healthcare* tem se mostrado uma alternativa eficaz para reorganizar fluxos de trabalho em unidades de emergência, otimizando o atendimento e promovendo a equidade. A aplicação desse modelo, que visa eliminar desperdícios e centrar o cuidado no paciente, tem permitido criar fluxos específicos para pessoas com TEA, promovendo um ambiente mais acolhedor e eficiente (Reichert; Canabarro; Azambuja, 2025).

A adoção de estratégias baseadas no Lean Healthcare contribui para a implementação de protocolos inclusivos, a capacitação continuada dos profissionais e a melhoria da comunicação entre equipes multidisciplinares. Isso reflete diretamente nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que preconiza a universalidade, a integralidade e a equidade como eixos estruturantes do cuidado (Brasil, 2015).

Outro ponto relevante é o fortalecimento da articulação entre a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e os serviços de urgência e emergência, garantindo continuidade do cuidado após o atendimento inicial. O Ministério da Saúde recomenda que a abordagem ao paciente com TEA considere o território, a história clínica e o vínculo com as equipes da Atenção Primária, de modo a evitar reinternações e agravos decorrentes de descompensações emocionais (Brasil, 2015).

A integração entre atenção psicossocial, atenção básica e urgência representa um avanço significativo na assistência a pessoas neurodiversas, mas ainda enfrenta desafios operacionais e culturais. Barreiras estruturais, como a falta de treinamento e a ausência de sinalização adequada nos serviços, comprometem a efetividade das ações e geram exclusão (Rabello, 2024). Para garantir um atendimento inclusivo, é fundamental o desenvolvimento de protocolos de identificação rápida de indivíduos com TEA e a criação de espaços sensoriais adaptados nas unidades de emergência. Tais medidas não apenas reduzem o sofrimento do paciente, mas também otimizam o tempo de atendimento e diminuem riscos de contenções desnecessárias (Figueiredo *et al.*, 2024).

Do ponto de vista ético e humanitário, a qualificação do atendimento a pessoas com TEA está diretamente relacionada ao respeito à dignidade, à autonomia e à singularidade do indivíduo. Assim, o preparo das equipes deve incluir não apenas habilidades técnicas, mas também competências relacionais e empáticas (Fiore-Correia; Lampreia; Sollero-de-Campos, 2010). A formação continuada dos profissionais de saúde e o fortalecimento das políticas



públicas são essenciais para consolidar práticas de atendimento que considerem a diversidade humana. A educação permanente deve abranger desde o reconhecimento de sinais precoces até o manejo adequado em situações críticas, valorizando o cuidado centrado na pessoa e na família (Brasil, 2015).

Este estudo justifica-se pela necessidade de ampliar o debate sobre a adequação dos serviços de emergência às demandas específicas do público autista. O objetivo geral é analisar os desafios e propor estratégias para o atendimento de emergência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando contribuir para a construção de práticas assistenciais inclusivas e humanizadas no contexto dos serviços de saúde brasileiros.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentada na análise de publicações científicas e documentos oficiais que abordam os desafios e as estratégias de atendimento de emergência a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto dos serviços de saúde. Esse tipo de revisão permite reunir e interpretar conhecimentos disponíveis sobre determinado fenômeno, identificando lacunas, convergências e avanços teóricos na área.

A pesquisa foi conduzida entre julho e outubro de 2025, utilizando como fontes principais bases científicas reconhecidas, SciELO, PubMed, Google Scholar e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além de documentos institucionais do Ministério da Saúde. Foram empregados descritores controlados DeCS/MeSH combinados por operadores booleanos: “Transtorno do Espectro Autista” AND “emergência” AND “serviços de saúde” AND “atendimento humanizado” AND “estratégias de cuidado”. Essa estratégia de busca foi definida para abranger publicações científicas em português, inglês e espanhol, publicadas entre 2010 e 2025, garantindo atualidade e relevância dos resultados.

Os critérios de inclusão contemplaram estudos completos disponíveis em acesso aberto, publicados em periódicos indexados ou documentos oficiais que abordassem: (1) Disponíveis na íntegra; (2) dentro do período selecionado; e (3) abordassem o tema proposto. Foram excluídos trabalhos repetidos, resumos simples, artigos de opinião e publicações que não tratassem da temática.





Após a triagem inicial, procedeu-se à leitura exploratória e seletiva do material coletado, seguida de uma análise integrativa e crítica do conteúdo, buscando identificar convergências, divergências e contribuições relevantes sobre o tema. As informações foram organizadas em fichamentos, contemplando autor, ano, objetivo e principais resultados, o que permitiu uma compreensão ampla e fundamentada das práticas e desafios existentes no atendimento emergencial a pessoas com TEA. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve envolvimento direto de seres humanos ou animais, portanto dispensa-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta revisão bibliográfica apontam que o atendimento emergencial a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda carece de protocolos estruturados e de capacitação profissional contínua. Observou-se que, embora o tema venha ganhando visibilidade nos últimos anos, a literatura científica permanece escassa e fragmentada, concentrando-se majoritariamente em análises de casos isolados ou em revisões de escopo restrito (Bougeard *et al.*, 2021).

A triagem inicial resultou em 23 artigos, dos quais 7 preencheram os critérios de inclusão estabelecidos na metodologia. Os demais foram excluídos por duplicidade, ausência de foco em situações emergenciais ou limitação metodológica. Os estudos incluídos abordaram o TEA sob diferentes perspectivas: desde o manejo clínico e comunicativo até o desenvolvimento de protocolos institucionais e estratégias de acolhimento interprofissional.

Tabela 1 – Estudos incluídos e excluídos na revisão bibliográfica.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO	QUANTIDADE DE ESTUDOS	REFERÊNCIAS PRINCIPAIS
Estudos incluídos (focados em atendimento emergencial ou pré-hospitalar de pessoas com TEA)	7	McGonigle <i>et al.</i> (2013); Bougeard <i>et al.</i> (2021); Brown <i>et al.</i> (2019); Barbalho <i>et al.</i> (2023); Araújo (2025); Borba <i>et al.</i> (2025); Bennemann e Brum (2024)





Estudos excluídos (sem abordagem emergencial ou metodologia insuficiente)	16	—
---	----	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A Tabela 1 demonstra a limitação da produção científica sobre o tema, sobretudo no contexto brasileiro, evidenciando a necessidade de mais investigações empíricas e aplicadas. Os sete estudos analisados convergem na constatação de que o preparo técnico e emocional das equipes de saúde é determinante para o êxito do atendimento emergencial ao público autista (McGonigle *et al.*, 2013).

No estudo pioneiro de McGonigle *et al.* (2013), a implementação de programas educativos em serviços de urgência resultou em melhora significativa na comunicação e redução do uso de contenções físicas. O treinamento, voltado a profissionais de pronto atendimento, enfatizou a importância do ambiente físico controlado e da empatia como instrumentos clínicos, corroborando que o cuidado humanizado reduz o estresse tanto do paciente quanto da equipe.

De modo complementar, Brown *et al.* (2019) analisaram 6.020 atendimentos pediátricos e verificaram que 2,1% das crianças com TEA necessitaram de sedação. Embora os fármacos empregados, principalmente cetamina e midazolam, tenham se mostrado seguros, o estudo destaca que a ansiedade provocada por estímulos sensoriais intensos frequentemente exige intervenções farmacológicas desnecessárias, o que reforça a urgência de adaptações ambientais.

Bougeard *et al.* (2021) amplia essa discussão ao mostrar que indivíduos com TEA geralmente apresentam comorbidades, como epilepsia, distúrbios do sono e transtornos ansiosos, que agravam o manejo clínico durante emergências. Segundo os autores, a falta de integração entre especialidades médicas leva a decisões fragmentadas, que podem comprometer a segurança do paciente. Essa constatação ressalta a importância de equipes multidisciplinares e fluxos intersetoriais contínuos.

Já Barbalho *et al.* (2023) explora a experiência hospitalar de crianças autistas e concluíram que o despreparo da equipe e a ausência de estratégias de comunicação constituem



os principais fatores de estresse. As autoras destacaram que o acolhimento inadequado tende a aumentar crises comportamentais, resultando em sobrecarga física e emocional para profissionais e familiares. Recomenda-se, portanto, incluir módulos de sensibilização sobre o TEA na formação acadêmica e na educação permanente em saúde.

A pesquisa de Araújo (2025) introduz um enfoque inovador ao investigar a aplicação da Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) no contexto do Atendimento Pré-Hospitalar (APH). O uso de recursos visuais, gestos e pranchas de pictogramas possibilitou a construção de um diálogo funcional entre socorristas e pacientes, minimizando mal-entendidos e otimizando o tempo de resposta em situações de urgência. Essa estratégia promoveu um atendimento mais seguro e humanizado.

Borba *et al.* (2025) desenvolveram e validaram o primeiro protocolo brasileiro de atendimento pré-hospitalar voltado às pessoas com TEA. O documento, adotado oficialmente pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, define diretrizes como desligar sirenes a 500 metros do local, usar linguagem simples e direta e priorizar o método “Veja-Ouçá-Sinta-Fale”. Essas recomendações têm se mostrado eficazes na prevenção de sobrecarga sensorial e no fortalecimento da confiança entre paciente e equipe.

Na mesma linha, Bennemann e Brum (2024) observaram que os ambientes hospitalares frequentemente agravam o sofrimento sensorial de crianças com TEA, devido à presença de luzes intensas, ruídos e movimentação constante. A pesquisa ressalta que a humanização do espaço físico e a presença familiar contínua são medidas imprescindíveis para reduzir o risco de descompensações emocionais e comportamentais durante o atendimento. A integração dos resultados dos sete estudos revela consenso sobre a necessidade de adaptar tanto o ambiente quanto a conduta profissional. Intervenções simples, como ajustes luminosos, controle de ruído e uso de instrumentos visuais, mostraram-se decisivas para melhorar o desempenho das equipes de emergência (Barbalho *et al.*, 2023; Bennemann & Brum, 2024).

Comparando as evidências internacionais com o cenário brasileiro, nota-se um descompasso relevante. Enquanto países como os Estados Unidos dispõem de diretrizes clínicas padronizadas e formações específicas (Brown *et al.*, 2019), o Brasil ainda carece de políticas públicas estruturadas e protocolos nacionais (Borba *et al.*, 2025). Essa lacuna contribui para



disparidades na qualidade assistencial e reforça a urgência de um modelo integrado de capacitação.

A literatura também destaca o papel crucial da família durante o atendimento. Bennemann e Brum (2024) e Araújo (2025) mostram que a presença de cuidadores auxilia na identificação de gatilhos sensoriais e na tradução das reações comportamentais do paciente, reduzindo o risco de iatrogenias. Essa cooperação torna-se fundamental em emergências, quando o tempo de resposta é limitado.

McGonigle *et al.* (2013) e Barbalho *et al.* (2023) enfatizam ainda que o treinamento técnico deve vir acompanhado de sensibilização emocional. A simples transmissão de conhecimento teórico é insuficiente para modificar práticas; é necessário cultivar empatia e escuta ativa nas relações de cuidado. Essa dimensão humanizadora é central para promover uma assistência verdadeiramente inclusiva. Outro ponto recorrente refere-se à comunicação interprofissional. Borba *et al.* (2025) e Araújo (2025) evidenciam que a ausência de fluxos padronizados entre equipes de APH e hospitais compromete a continuidade do cuidado, resultando em duplicidade de condutas e insegurança. A criação de canais integrados de informação pode otimizar o encaminhamento e reduzir riscos de eventos adversos.

A análise global dos estudos confirma que o atendimento de pessoas com TEA em emergências requer abordagem interdisciplinar e centrada nas necessidades do indivíduo. Essa perspectiva vai além da clínica, envolvendo dimensões sociais, comunicativas e emocionais, que devem orientar tanto o preparo técnico quanto o desenho dos ambientes assistenciais (Bougeard *et al.*, 2021). As evidências apontam, ainda, que intervenções educativas geram resultados sustentáveis quando acompanhadas de avaliação contínua. McGonigle *et al.* (2013) observaram que programas de formação com simulações realísticas aumentam significativamente o desempenho clínico e a segurança dos atendimentos. No Brasil, esse modelo ainda é incipiente, mas iniciativas como a de Borba *et al.* (2025) demonstram potencial transformador.

A síntese crítica dos sete estudos reforça que a construção de protocolos não deve se restringir a orientações técnicas, mas abranger também a promoção de atitudes inclusivas. A institucionalização de práticas de empatia, comunicação visual e controle ambiental constitui passo fundamental para a consolidação de políticas públicas de equidade no SUS.



Observa-se que o atendimento emergencial de pessoas com TEA representa não apenas um desafio clínico, mas também ético e social. A ausência de capacitação continuada e de políticas unificadas perpetua desigualdades e reforça a necessidade de mudança estrutural. Assim, recomenda-se a implementação de programas nacionais de formação permanente, articulados a protocolos regionais adaptáveis às realidades locais (Borba *et al.*, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nesta revisão bibliográfica evidenciaram que o atendimento emergencial a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ainda é marcado por lacunas estruturais, comunicacionais e formativas. Os sete estudos analisados demonstraram que o despreparo técnico e emocional das equipes, somado à falta de protocolos adaptados, compromete a qualidade e a segurança da assistência.

Verificou-se que o ambiente físico dos serviços de emergência representa um fator determinante na experiência do paciente autista. A iluminação intensa, os ruídos constantes e o excesso de estímulos visuais agravam a ansiedade e dificultam a cooperação durante os atendimentos. Nesse sentido, recomenda-se que as unidades hospitalares e pré-hospitalares adotem medidas de adequação sensorial, assegurando condições de cuidado seguras e respeitosas.

A literatura analisada também destacou o papel central da comunicação adaptada e da presença familiar como elementos estruturantes de um cuidado mais empático e resolutivo. Estratégias como o uso de pictogramas, gestos e linguagem simples conforme sugerido por Araújo (2025), mostraram-se eficazes na redução do estresse e na melhoria da interação entre profissionais e pacientes. A inclusão de familiares durante o atendimento, por sua vez, potencializa a segurança clínica e emocional, promovendo uma atuação compartilhada e centrada nas necessidades reais do indivíduo com TEA.

Outro ponto relevante é a necessidade de formação continuada e integração interprofissional. O conhecimento isolado de cada categoria profissional não é suficiente para garantir o manejo adequado das crises e comportamentos típicos do espectro. Assim, políticas de Educação Permanente em Saúde devem incluir módulos obrigatórios sobre





neurodiversidade, comunicação alternativa e manejo de situações emergenciais, de modo a capacitar as equipes em diferentes níveis de complexidade.

Em síntese, a revisão confirma que o atendimento emergencial a pessoas com TEA exige não apenas competência técnica, mas também sensibilidade humana e ética. A empatia, a escuta ativa e o reconhecimento das especificidades sensoriais devem guiar a conduta profissional, rompendo paradigmas de padronização rígida que desconsideram a singularidade do paciente. Essa transformação demanda comprometimento institucional, investimento em capacitação e valorização das equipes de linha de frente.

Conclui-se, portanto, que a integração entre conhecimento científico, inovação tecnológica e humanização do cuidado é essencial para aprimorar o atendimento emergencial a pessoas com TEA. A consolidação de políticas públicas voltadas à inclusão, aliada à difusão de protocolos baseados em evidências, poderá reduzir desigualdades e garantir o exercício pleno do direito à saúde. Dessa forma, reforça-se a necessidade de continuidade das pesquisas e da implementação de programas permanentes de formação e monitoramento, assegurando que o acolhimento à pessoa autista seja universal, seguro e verdadeiramente humanizado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda Clemente. Atendimento pré-hospitalar voltado para o paciente com TEA: o uso da comunicação alternativa e comunicativa. 2025. **Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação de Oficiais) - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**, Brasília, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2015. 156 p. ISBN 978-85-334-2108-0

BARBALHO, Mariany Bernardino da Silva *et al.* Desafios enfrentados pelos profissionais de saúde na hospitalização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 16, n. 11, p. 26136–26154, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.11-08>

BORBA, Júlia Cunha de *et al.* Protocolo de Atendimento Pré-Hospitalar para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista. **Brazilian Journal of Clinical Medicine and Review**, v. 3,





10.71248/9786583818249-1

supl. 4, p. aprender7, jan.–dez. 2025. Anais do Aprender Criança 2025 – No Espectro do Neurodesenvolvimento e seus Transtornos, São Paulo, Distrito Anhembi, 17–19 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.52600/2763-583X.bjcmr.2025.3.Suppl.4.aprender7>

BENNEMANN, Vanessa; BRUM, Maria Carlota Borba. Cuidados ao paciente pediátrico autista em unidades de emergência hospitalar: uma revisão integrativa. **Enfermagem Brasil**, v. 23, n. 4, p. 1836–1849, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/287973>

BOUGEARD, Clémence *et al.* Prevalence of Autism Spectrum Disorder and Co-morbidities in Children and Adolescents: A Systematic Literature Review. **Frontiers in Psychiatry**, v. 12, p. 744709, 27 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2021.744709>

MCGONIGLE, John J. *et al.* Development and evaluation of educational materials for pre-hospital and emergency department personnel on the care of patients with autism spectrum disorder. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 44, n. 5, p. 1252–1259, maio 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10803-013-1962-0>

FIGUEIREDO, Camila Lovato de *et al.* Caracterização de crianças com Transtorno do Espectro Autista atendidas em Pronto-Socorro Pediátrico. **Revista Humanum Sciences**, v. 24, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31508/1676-3793202403> .

RABELLO, Renato Gomez. Transtorno do Espectro Autista: desafios e perspectivas no atendimento pré-hospitalar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. 2024. **Artigo científico (Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Formação de Oficiais) – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal**, Brasília, 2024.

REICHERT, Taíse Gabriele; CANABARRO, Simone Travi; AZAMBUJA, Marcelo Schenk de. Lean Healthcare em serviços hospitalares de emergência: um olhar ao paciente com Transtorno do Espectro Autista. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 5, p. e8341, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n5-04>